

MRE: o embate por planejamento, transparência e democracia

Creomar Lima Carvalho de Souza é professor da Universidade Católica de Brasília

Correio Braziliense – 28.05.2018

No conjunto das políticas públicas, não há dúvida de que a política externa ocupa lugar diferenciado. Muito embora seja uma política de grande importância para a defesa dos interesses maiores do país, a política externa pode ser considerada como a que possui maior nível de intangibilidade. De fato, as ações políticas e estratégicas conduzidas pelos diplomatas são de difícil mensuração tanto em termos de sucesso, muitas vezes não percebido diretamente pelo cidadão comum, quanto de fracasso, esse certamente mais fácil de ser sentido ou apontado por qualquer ente diretamente afetado por ele.

O Itamaraty tem de lidar com a complexidade que envolve ser um intérprete da realidade internacional e, ao mesmo tempo, um promotor da imagem do Brasil no exterior. Essa interação ou mediação entre o interno e o internacional cria uma situação única em relação a outras políticas públicas. Ao lidar com o ambiente internacional, a diplomacia se move em um ambiente em que interagem outras soberanias e uma multiplicidade de outros atores, o que reforça a ideia de que a diplomacia possui uma velocidade própria que não se confunde com outras políticas menos sujeitas à volatilidade do ambiente externo. No entanto, ao ser também uma política pública, a diplomacia deve perseguir objetivos dos governos democraticamente eleitos, tendo de mostrar resultados e prestar contas.

A questão é como conciliar as duas características aparentemente contraditórias: a especificidade da política externa, de um lado, e sua característica de política pública, de outro. A necessidade de realizar a conciliação é demanda legítima da sociedade e talvez só possa ser levada adiante por meio do planejamento estratégico. A percepção de que a atividade diplomática deve pautar-se por uma concepção de planejamento estratégico que oriente as ações internacionais do país a curto, médio e longo prazos começa a ganhar força. Tal iniciativa pode ser vista como esforço de alinhar a Casa de Rio Branco a um espírito democrático que percebe a transparência como força fundamental na montagem de novo tipo de relação desse ente republicano com a sociedade.

Nesses termos, cabe ressaltar que historicamente se construiu uma imagem de que a atividade diplomática estava restrita a certo exclusivismo. O momento atual, marcado pela necessidade de compreender um mundo em forte transformação, aliado à escassez de recursos financeiros, tiram de cena os movimentos pautados em fogos de artifício e reforçam a necessidade de condução de ação externa pautada por eficácia, objetividade e clareza de propósitos.

Esses objetivos exigem a consolidação de uma cultura organizacional de planejamento estratégico dentro do Ministério das Relações Exteriores para auxiliar na construção de um relacionamento mais próximo entre os diplomatas e a sociedade. Pois, se em algum momento foi útil uma percepção mais distanciada entre esses dois entes, a realidade hoje exige a edificação de novo tipo de laço que permita ao cidadão ver no diplomata um servidor público fundamental na superação de desafios de inserção do Brasil no mundo.

De seu lado, uma cultura de planejamento estratégico pode auxiliar o diplomata a ver o cidadão como beneficiário direto da sua atividade, escapando como produto dessa ação, do tradicional discurso que tende a colocar o país e o interesse nacional como entidades etéreas. A maior concretude de propósitos geraria acessoriamente maior aproximação do Itamaraty com suas contrapartes na Esplanada, com destaque aos organismos de fiscalização e controle, estes muito mais próximos de um olhar cartesiano da atividade pública.

Se as vantagens aqui mencionadas parecem claras, é inegável a necessidade de realizar um exercício hipotético que leve em consideração o fato de que a mudança no sentido de fortalecer o planejamento estratégico e a interação com a sociedade demandará esforço de adaptação da cultura institucional do MRE. Como qualquer mudança na cultura organizacional, poderão surgir resistências à ideia de um planejamento mais estruturado, que defina objetivos estratégicos de forma coordenada e garanta monitoramento de atividades e resultados. Esse tipo de resistência, porém, colocaria a perder as iniciativas recentes do próprio ministério de estabelecer um sistema de planejamento estratégico para atender às demandas da sociedade e dos órgãos de controle, sem perder de vista as características próprias da diplomacia. Resistências dessa natureza atenderiam, portanto, muito mais a interesses de cunho corporativista que, de fato, às necessidades de um país imerso no enorme desafio de se integrar plenamente nas cadeias econômicas globais de forma eficiente e executar uma política externa moderna, eficiente e transparente.

Em suma, é fundamental o esforço feito pela chancelaria no sentido de dar um passo decisivo na consolidação de um planejamento estratégico do órgão, tal como descrita em artigo recente do chanceler Aloysio Nunes. Tal iniciativa visivelmente ancora-se em dois pilares fundamentais para a sobrevivência de qualquer democracia no século 21, a transparência e a firmeza de propósitos.